

O MEDO E A VIOLÊNCIA NO RIO DE JANEIRO: A CONSTRUÇÃO DOS SUJEITOS NO ORDENAMENTO DA CIDADE[✓]

195

Marise Baesso TRISTÃO¹

[✓] Artigo recebido em 28/08/2018 e aprovado em 21/11/2018.

¹ Doutora em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Jornalista formada pela Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF -1993). Possui mestrado em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2012) e especialização em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ-1997). Editora na Tribuna de Minas, professora no Curso de Comunicação Social-Jornalismo do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES-JF). E-mail: <marisebaesso@hotmail.com>.

**O MEDO E A VIOLÊNCIA NO RIO DE
JANEIRO:****A CONSTRUÇÃO DOS SUJEITOS NO
ORDENAMENTO DA CIDADE****RESUMO**

Este artigo busca mostrar como se dão as narrativas sobre as violências no Rio de Janeiro, com foco em alguns sujeitos envolvidos com esta questão no jornal **O Globo**. A análise leva em conta a década que antecedeu a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora. Três sujeitos cuja frequência é maior neste período nas páginas do periódico serão destacados: os traficantes de droga, os milicianos e os agentes da ordem (policiais).

Palavras-chave: Violências. Rio de Janeiro. O Globo.

**THE FEAR AND VIOLENCE IN RIO DE
JANEIRO:****THE CONSTRUCTION OF THE SUBJECTS
IN THE URBAN PLANNING****ABSTRACT**

This article seeks to show how the narratives about violence are given in Rio de Janeiro, focusing on some subjects involved with this issue in the newspaper **O Globo**. The analysis takes into account the decade that preceded the implementation of the Pacifying Police Units. Three subjects whose frequency is greatest in this period in the pages of the periodical will be highlighted: the drug traffickers, the militiamen and the agents of the order (policemen)

Keywords: Violence. Rio de Janeiro. O Globo.

1 INTRODUÇÃO

Como têm sido construídas as narrativas e os sujeitos acerca das questões das violências urbanas no Rio de Janeiro? Essa é uma das indagações pertinentes a este artigo, que vai olhar para quase uma década de discurso do jornal **O Globo**, entre os anos de 2002 a 2010, o que inclui os governos de Benedita da Silva (PT), Rosinha Garotinho (PR) e o primeiro governo de Sérgio Cabral (PMDB). Com isso, o *corpus* a ser verificado será composto por notícias e reportagens sobre questões de violências encontradas no jornal no período.

As violências, no sentido explorado pelo discurso midiático, são hoje uma das preocupações centrais da população no país e, conseqüentemente, tornaram-se uma das questões primordiais nas plataformas políticas das administrações públicas. No entanto, estas violências, muitas vezes, são simplificadas como se fossem única. Quando falamos em violência, muitas vezes, temos consolidada em nossa memória histórica aquela que aparece nos veículos de comunicação. Isso revela como esse discurso é central para o entendimento do mundo.

Em nosso recorte sobre as violências no Rio vamos alinhar a década que antecede a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), procurando alguns sujeitos que emergem dos discursos e averiguando como eles se projetam na dinâmica da cidade. Tudo feito no sentido de tentar encontrar, como nos lembra Foucault (2005, p. 31), algo além dos próprios enunciados, a intenção do sujeito falante, sua atividade consciente, o que ele quis dizer ou ainda o jogo inconsciente que emerge de maneira involuntária do que disse ou da quase imperceptível fratura de suas palavras manifestas.

Para atingir os objetivos, este trabalho busca em **O Globo** o seu material de análise para entender a construção dos sujeitos no ordenamento da cidade. Foram escolhidos alguns sujeitos que têm papel preponderante no período analisado, seja porque estão entre aqueles indesejáveis aos olhos da mídia e de outros atores sociais e que precisam ser extirpados do projeto da cidade que se quer, seja porque estão envolvidos com as políticas de segurança pública, sendo autoridades ou agentes da ordem.

2 O SUJEITO E A LINGUAGEM

O sujeito se constitui por fala de outros sujeitos, sendo resultante da interação de várias vozes e da relação com o sócio-ideológico. É o sujeito da língua e da ideologia, estando submetido a, abaixo de certas condições. Para Pêcheux, o discurso produzido por um sujeito (A) pressupõe um destinatário (B). E este destinatário se encontra em um lugar determinado na estrutura de uma formação social. “Tais lugares estão representados nos processos discursivos a partir de uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem mutuamente, ou seja, a imagem que fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.” (INDURSKY, 2013, p. 67)

Por estar inserido em determinado lugar e tempo, o sujeito é essencialmente histórico e ideológico, e os indivíduos tornam-se sujeitos somente se estão posicionados em um discurso, em uma formação discursiva. “O sujeito é, desde sempre, um indivíduo interpelado em sujeito” (PECHÊUX, 1997). Isto quer dizer que, para se significar como sujeito, todo indivíduo sofre o processo de interpelação.

Pensando a relação do sujeito com a linguagem enquanto parte de sua relação com o mundo, compreende-se o estabelecimento e a transformação do estatuto do sujeito como correspondente ao estabelecimento (e transformação) das formas de individualização do sujeito em relação ao Estado. É Orlandi quem traz estas definições.

Em um novo movimento em relação aos processos identitários e de subjetivação, é agora o Estado, com suas instituições e as relações materializadas pela formação social que lhe corresponde, que individualiza a forma sujeito histórica, produzindo diferentes efeitos nos processos de identificação, leia-se de individualização do sujeito na produção dos sentidos” (ORLANDI, 1999, não paginado).

Assim, Orlandi ressalta que, neste sentido, o indivíduo não é a unidade de origem, mas o resultado de um processo, um construto, referido pelo Estado. E este, por sua vez, é o único agente legitimado para criar as leis e enquadrar as formas de relações sociais que vão se impondo. Para Orlandi, é o indivíduo, produzido por esse modo de individuação, que vai se inserir/identificar com esta ou aquela

formação discursiva, constituindo-se em uma posição-sujeito específica na formação social.

O discurso dos sujeitos é constituído por vozes contraditórias e conflitantes sustentadas por diferentes filiações discursivas. Vamos acompanhar algumas vozes e atores sociais, todos envolvidos com as questões das violências no Rio, e procurar entender se houve resignificação e deslizamentos de cada um no período de quase uma década. Mendonça lembra, ao analisar as estratégias de interação discursiva no telejornalismo – mas entendemos também que cabe para o jornalismo impresso – que

há, por um lado, uma série de estratégias de interação discursiva que envolve a negociação de sentidos entre o veículo enunciador e os múltiplos estratos da audiência. Neste aspecto de interação, situamos a relação entre as estratégias de construções de efeitos de sentidos desejáveis pela emissora em relação a 'telespectadores ideais' a quem os discursos seriam, preferencialmente, direcionados. [...] Um segundo nível de interação discursiva deve ser levado em conta, por sua vez, pelo analista. Trata-se da tensão entre as expectativas dos jornalistas em relação ao que desejam que suas fontes façam (ou falem) e as tentativas destas mesmas fontes de, a partir de artimanhas, táticas ou linhas de fuga criativas, produzir subjetividades outras, através da visibilidade momentânea conquistada (MENDONÇA, 2012, p. 265-266).

Ao analisar os sujeitos e suas vozes, é preciso lembrar que o comportamento dos falantes irá levar em consideração também o fato de estar em um veículo de comunicação, com suas regras e técnicas. Os enunciados foram escolhidos por meio de uma busca lexical no Acervo de **O Globo** e, a partir daí, selecionamos alguns episódios que consideramos importantes para a nossa análise ao longo do período de 2002 a 2010.

3 O TRAFICANTE COMO GRANDE INIMIGO

Na narrativa da instância jornalística, o traficante tem o domínio das favelas cariocas, sendo considerado o grande responsável pela criminalidade no Rio e ainda o problema para o desenvolvimento, o turismo, a insegurança e a maioria dos outros males que impedem o projeto de uma Cidade Maravilhosa. Como este sujeito se transformou no maior inimigo do Rio nos últimos anos será o nosso ponto de ataque. Este traficante ganha outros itens lexicais. Por meio da metonímia, ele se transforma

no próprio tráfico, tratado como sujeito, entidade, instituição que age de forma deliberada no Rio, e ainda poder paralelo, crime organizado, criminosos, bandidos, facções, bandos opressores nas áreas pobres, entre tantos outros.

Desta maneira, passa a ser um instrumento político, através do qual se mobilizam vários discursos sobre a cidade e não apenas o significado literal do dicionário, que afirma que traficante é a pessoa que pratica negócios ilegais ou clandestinos ou trabalha com este comércio ilegal. Enquanto a memória discursiva reforça este traficante, há um silenciamento sobre o traficante que age no asfalto, entregando a droga em apartamentos e coberturas luxuosas da Zona Sul. Também há um silenciamento sobre o traficante comum, pouco glamourizado e sem nenhum domínio, que, envolvido com o tráfico, terá uma vida difícil e um risco maior de perder a vida ainda jovem.

No ano em que tem início nossa pesquisa, a reportagem escolhida para verificar como este sujeito será narrado e como se dão as relações de força e poder em relação a ele será sobre um motim na Penitenciária de Bangu I, em 11 de setembro de 2002. A chacina em Bangu I, que teria sido comandada por Fernandinho Beira-Mar, termina com quatro mortos, feridos e com um anunciado clima de insegurança no Rio. A partir deste episódio, Beira-Mar será chamado de liderança do poder paralelo no Rio. Neste período, há três facções rivais que, supostamente, comandariam o tráfico de drogas no município: Comando Vermelho, Amigos dos Amigos (ADA) e Terceiro Comando. Estas duas últimas, porém, estariam se unindo e trabalhando de forma conjunta.

Estamos falando de um período do governo de Benedita da Silva, iniciado em abril de 2002 e que duraria apenas até dezembro daquele ano, quando a governadora deixaria o cargo para sua sucessora Rosinha Garotinho. Benedita era vice-governadora na chapa liderada por Anthony Garotinho, que sai de seu posto para se candidatar à presidência da República. Ela será a primeira mulher negra e ex-moradora de uma favela a assumir o governo do estado, trazendo consigo todo o simbolismo que isso representa. A reportagem tem uma representação emblemática por permitir observar os vários eixos: a violência e o medo na cidade, o desejo de ordem, as relações políticas do jornal e a crise de governabilidade provocada pela violência.

O grande inimigo é aquele contra o qual o Governo de Benedita, um governo de esquerda, não terá armas à altura para lutar. A narrativa de *O Globo* é construída no sentido de mostrar o poder do inimigo dentro e fora da cadeia.

O traficante Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira Mar, comandou em Bangu I um motim que resultou na chacina de pelo menos quatro presos das facções criminosas Terceiro Comando (TC) e Amigos dos Amigos (ADA). Os presos foram mortos por rivais do Comando Vermelho. (...) Com a posse das chaves de seis portões gradeados, Beira-Mar, preso na galeria A, fez oito reféns e invadiu a galeria vizinha, onde matou Ernaldo Pinto de Medeiros, o Uê. (O 11 de setembro foi aqui, Editoria Rio, p. 14, 12/9/2002)

Segundo agentes penitenciários, Fernandinho e seus cúmplices teriam gritado: “Duas torres caíram”, numa referência ao ataque terrorista às torres gêmeas de Nova York, no dia 11 de setembro do ano passado. (...) - Pelo telefone, Beira-Mar teria dito à polícia que só deixaria a galeria D após terminar o serviço. (O 11 de setembro foi aqui, Editoria Rio, p. 14, 12/9/2002)

- Já morreram seis. Agora queremos que a polícia entre para negociar – disse o preso, por volta das 11h. (...) A rebelião com mortes em Bangu I ultrapassou os muros do presídio e interferiu no cotidiano de moradores de nove bairros do Rio. Numa demonstração de força, traficantes ordenaram o fechamento do comércio nessas áreas em sinal de luto pelos bandidos mortos. (...) o clima de medo tomou conta da cidade. (Tráfico fecha comércio e escolas em 9 bairros, Editoria Rio, p. 16, 12/9/2002)

No bloco de enunciados acima, chama atenção, primeiramente, o fato de o título fazer menção ao 11 de setembro do ano anterior, quando milhares de pessoas morreram vítimas de atentado terrorista nos Estados Unidos. O compromisso desse modo de dizer está na memória do terrorismo.

Ao narrar este motim, reforça-se o estereótipo do agente produtor da violência na capital fluminense. Busca-se ainda confirmar a tese do poder paralelo do traficante e do clima de medo generalizado diante deste poder. Entre os enunciados acima, estes exemplos podem ser vistos quando afirma-se que Beira-Mar “comandou motim”, teria dado ordem para fechamento de instituições de ensino, que teria dito à polícia que só deixaria a galeria D após terminar o serviço e ainda quando estipula o momento em que a polícia poderia entrar na prisão. Se ele comandou o motim é porque outros participaram, mas há um não dito a este respeito. Entre esses outros, podem estar agentes penitenciários e outras instâncias do poder, que também não são mencionadas. Ou seja, há uma extensa e complexa malha por trás do tráfico que vai criar na cidade uma demanda por mais

militarização, mas este circuito, que começa nas fronteiras brasileiras não é percorrido. Esta malha, como lembram Pires, Queiroz e Kant de Lima (2010), envolve grupos e setores ligados ao Estado e às instituições privadas:

(...) essas malhas operam, não apenas à margem da legalidade, mas nas entranhas do aparelho estatal, reproduzindo e sustentando esse mercado. Isso ocorre aqui no Brasil, bem como em outros países capitalistas desenvolvidos, cujos “colarinhos brancos” são sujeitos ativos do processo de produção e reprodução desse mercado e de suas mercadorias. (PIRES; QUEIROZ; KANT DE LIMA, 2010, não paginado)

Os autores lembram ainda que estas redes que permitem o desenvolvimento do tráfico vão possibilitar a diversificação desse mercado, uma oportunidade de negócios e até a criação das variadas facções.

Enquanto mostra-se o poder de facções do tráfico, revela-se uma cidade que estaria sem governo para combatê-las. Esta parece assistir a tudo sem comando, à espera de ser tomada. As marcas de verdade são reforçadas no texto, com reproduções de falas que o jornal não presenciou e que, mesmo assim, são aspeadas.

O Globo aproveita a coincidência de datas a respeito do 11 de Setembro de 2001 nos Estados Unidos e faz comparação carregada de sensacionalismos e metáforas, referindo-se, por exemplo, diretamente às Torres Gêmeas. As falas dos presos são fundamentais para indicar como aquele conflito se deu, mesmo que não tenham sido presenciadas pela instituição jornalística.

O discurso do medo evolui para o pânico, a narrativa coloca o Rio na iminência de uma guerra, onde “bandidos” andariam armados com medo de outros bandidos. Ao reforçar este sentido, **o Globo** intensifica também a posição de que é preciso mais punição e rigor para lidar com a desordem espalhada pelos traficantes. Fazendo-se uma clivagem: para lidar com a desordem, é preciso colocar-se ordem, combatendo o inimigo com a força. Não por quem está no comando, mas por um outro tipo de governo. É como se fosse possível viver numa cidade sem conflitos. É Simmel quem lembra que pensar a sociedade como destituída de conflito seria pensá-la de “modo superficial”.

A sociedade, para alcançar uma determinada configuração, precisa de quantidades proporcionais de harmonia e desarmonia, de associação e

competição, de tendências favoráveis e desfavoráveis (SIMMEL, 1983, p. 124).

Assim, nesta sociedade sem conflitos, o inimigo materializado na figura do traficante é demonizado, legitimando-se, muitas vezes, a violência estatal contra aqueles que se colocam do lado do tráfico. Desta forma, vão se apagando do discurso inimigos outros e problemas urbanos, como se a retirada do traficante solucionasse as desigualdades, a pobreza, as mortes violentas que têm origem em outros fatores, a heterogeneidade da cidade, enquanto reforça-se a necessidade de opressão ao outro.

O traficante de drogas morador da favela seria o grande ator da desordem social nas páginas dos jornais cariocas. Luiz Antônio Machado da Silva fortalece esta hipótese quando afirma que

(...) “o ator típico tem sido identificado com os traficantes de drogas, uma vez que, nas interpretações correntes, a expansão do tráfico tem sido a grande responsável pelas mudanças que afetam a continuidade das rotinas cotidianas” (SILVA, 2008, p. 37).

Estas regularidades persistem em relação ao tráfico como grande inimigo do Rio, que, pela instância jornal, terá nas Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) a grande missão de extirpá-lo das comunidades. Os sentidos acionados são de que o Rio não será uma cidade que pode ser vista como uma grande capital aos olhos estrangeiros se estiver sob o domínio deste tráfico.

4 OS MILICIANOS

Dando sequência, passemos aos milicianos, outro sujeito encontrado ao longo de nossa análise na cadeia das violências na capital fluminense, principalmente a partir de 2006, quando ganha destaque em reportagens do jornal ao ocupar comunidades e entrar em confronto com traficantes. A milícia é conhecida em sua origem como um grupo que atua, sobretudo, em loteamentos ilegais da periferia do Rio. A atuação no ramo começa nos anos de 1970, período em que as invasões de terrenos por grupos autônomos de sem-teto são substituídas por uma espécie de “empreendedor imobiliário”.

Estes grupos de ex-policiais constituem o mesmo fenômeno denominado grupo de extermínio nas décadas de 1960, 1970 e 1980 na Baixada Fluminense e na zona oeste do Rio de Janeiro, onde predominavam migrantes vindos de outros Estados. A novidade está apenas na ampliação dos negócios com a “venda” de produtos e serviços, por meio de extorsões apresentadas como proteção contra assaltos, que marcaram também o início da máfia italiana no século XIX e, posteriormente, das máfias estadunidenses. São os novos milionários da tragédia da segurança pública no Rio de Janeiro. São os subversores da disciplina e hierarquia militares, usadas como argumentos para justificar a permanência da estrutura militar na força policial brasileira (ZALUAR; CONCEIÇÃO, 2007, p. 89).

Há relatos que apontam que a atuação começou em Rio das Pedras, maior favela da Zona Oeste do Rio. Revoltado com o número de vezes em que seu comércio foi assaltado, um açougueiro teria organizado um grupo para garantir a segurança da comunidade. O grupo matava e espancava os ladrões e, com o tempo, passou a agir de maneira profissional e em vários pontos do Rio, expandindo suas atividades para o setor imobiliário. Este grupo não tolera uso e tráfico de drogas. Com estes princípios, passou a ocupar cada vez mais espaço nas favelas, “vendendo um modelo de urbanização, ainda que ilegal ou irregular, centrado na segurança e na moralidade, algo que, informalmente, vem seduzindo muitos moradores de favelas territorializadas pelo tráfico” (ZALUAR; CONCEIÇÃO, 2007, p.89).

Entre 2005 e 2006, de acordo com Relatório da Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública, o número de comunidades dominadas pelos milicianos passou de 42 para 92. Esses grupos são formados por agentes das forças de segurança do Estado. Entre as práticas impostas está a cobrança de ‘mensalidades’ dos moradores das áreas “protegidas” para remunerar a segurança privada. O argumento é de que estão entrando nos locais para estabelecer a ordem e a paz, livrando as comunidades do tráfico de drogas.

Em 2005, a palavra milícia tem outra flutuação de sentido, ainda sem o valor histórico que terá futuramente na memória discursiva. A palavra vai ganhar nova materialidade linguística em anos posteriores, deslizando, porém, entre o legítimo, o legal e o ilegal ao longo da análise. Ressaltando que são policiais que serão chamados de milicianos e que, como lembra Pêcheux (1997), denominar não é um gesto aleatório, é uma interpretação no nível do simbólico. O que já traz um

questionamento: a violência policial só é tratada como legítima quando autorizada pelo Estado com o argumento de que seria para garantir paz, ordem e segurança.

Ainda em 2005, no dia 9 de abril, uma carta de um leitor publicada no jornal, na página 6, na Editoria Opinião, mostra que as milícias eram vistas como alternativa para fazer frente ao tráfico.

Sobre as milícias, as famosas mineiras, o tema está sendo tratado com a simplicidade de quem desconhece o dia a dia das pessoas destas comunidades. Conversei com conhecidos que me garantiram que preferem pagar cinco ou dez reais mensais por uma segurança particular, informal, do que sofrer violência e humilhação nas mãos de traficantes. (...) Bartolomeu Paes leme (via Globo Online, 7/4, Rio) (Editoria Opinião, 9/4/2005, p. 6)

205

Neste caso, o sentido dado à milícia está relacionado com a moral. Suas ações são aceitas, ainda que ilegais, mas porque confrontam com a imoralidade do tráfico. De início, como vimos, “essas práticas foram apresentadas pelos meios de comunicação como um exemplo bem-sucedido da postura cidadã em que cada um ‘faz a sua parte’ (MACHADO SILVA; LEITE; FRIDMAN, 2005, p. 26).

Veremos que o sentido de milícia vai sendo atualizado até se tornar mais um grupo “inimigo” do Rio. Na reportagem que analisamos, o discurso é: a milícia é ilegal, mas tenta nos proteger do mal maior.

A cada 12 dias, uma favela dominada pelo tráfico é tomada por milícias no Rio. O fenômeno cresce em proporção geométrica e tem como alicerce estruturas do próprio poder público. Os atores envolvidos são provenientes das forças de segurança, políticos e líderes comunitários, como diagnostica relatório elaborado há dois meses pelo Gabinete Militar da prefeitura do Rio. (A polícia paralela, Editoria Rio, p. 19, 10/12/2006)

Um menor flagrado com maconha pelo PM fardado é preso em flagrante, conduzido à DP, assume o compromisso de comparecer posteriormente em juízo, ganha liberdade imediata e retorna à favela, onde reincidirá no crime. Já o menor flagrado com maconha por integrantes da “mineira” recebe imediatamente um corretivo físico e psíquico. É encaminhado à presença dos pais e ameaçado de morte caso volte a reincidir. O Estado tem que agir dentro da legalidade, enquanto que a milícia, não. (...) Eu não estou defendendo milícia, mas é preciso analisar esse fenômeno pela ótica do morador da favela. [...] o morador da favela também quer ter segurança. (A polícia paralela, Editoria Rio, p. 19, 10/12/2006)

Primeiramente, é preciso ressaltar o que significa o título da matéria que, no lugar de “poder” ou “estado” paralelo, usa o termo “polícia paralela”. Que sentidos outros podem ser entendidos deste termo criado pelo jornal? Se a polícia (de

Rosinha, assim como a de Benedita) não resolve, existe uma paralela que, estando acima da lei, irá resolver os problemas nos territórios dominados mais rápido do que a burocracia da corporação estatal.

Nos enunciados, percebemos como o processo de evidências sobre a milícia está relacionado com o espaço das favelas. Se são comunidades dominadas, não estariam de acordo com esta ação. Pelo menos, percebemos uma dissonância de vozes em relação aos moradores. A milícia seria aquela que dá o corretivo e pune em um país em que o discurso da impunidade, tipicamente da direita, é crescente, principalmente, provocada pelas leis “protetoras” do estado. Desta forma, a rede de filiação desta milícia é a da punição, apesar de o termo usado ter sido o corretivo “físico e psíquico”, quando evita-se usar o termo tortura.

A partir do momento que ganha expressão na mídia, o termo passa a ser reconhecido da comunidade como um todo, aquele sentido permanece, quando ganha novo valor histórico. Vai funcionar na memória discursiva do brasileiro como o ato de grupos que buscam o próprio poder, subjagam moradores das favelas e querem tomar as favelas do tráfico. A palavra ganha nova materialidade linguística. O verbete era termo rarefeito, não dizia respeito apenas às milícias do Rio. O sentido que vai reativar na memória a partir daí é o de milícia do Rio.

Desta maneira, o discurso de **O Globo** sobre os milicianos sofrerá deslizamentos. Daquele grupo que aparece como alternativa ao tráfico em 2005 e 2006, teremos, em 2007, já no primeiro ano do governo Sérgio Cabral, as milícias na mira, as milícias que avançam pelo corredor do PAN 2007, portanto já são vistas como ameaça em um momento em que o Rio estará em maior evidência. A narrativa mostra que a ação de milicianos corrói as forças de segurança, onde estariam entranhados.

Em 2008, chegamos na milícia formada por PMs matadores, momento em que também se compara ao inimigo, quando temos milícia x poder público. Uma condição de produção que explica parte deste deslocamento de sentido na instância jornalística é o episódio de tortura a uma equipe de jornalistas do jornal “O Dia”, que foi descoberta na favela do Batan, em Realengo, dominada pela milícia, onde fazia uma reportagem. A equipe, formada por repórter, fotógrafo e motorista, estava morando disfarçada há duas semanas na favela, preparando uma reportagem sobre

o cotidiano de quem vivia no local. Depois de horas de tortura, a equipe foi libertada na Avenida Brasil.

Descobertos pelos bandidos, no último dia 14, os três foram torturados por sete horas e meia, com choques elétricos, socos e pontapés. A Secretaria de Segurança informou, ontem, ter determinado a abertura de uma investigação para apurar o sequestro e a tortura. (Jornalistas são torturados por milicianos. Editoria Rio, 1 de junho de 2008, página 31)

Amanhã, um dos casos de violência contra jornalistas que mais chocou o país completa seis anos. Tim Lopes, repórter da TV Globo, foi morto a mando do traficante Elias Maluco quando fazia uma reportagem sobre bailes funk na Vila Cruzeiro, favela do Complexo do Alemão. (Seis anos da morte de Tim Lopes. Editoria Rio, 1 de junho de 2008, página 31)

- Entidades dizem que caso acabará com mito de que milícia protege favelas. [...]. (Um atentado à liberdade de informação. Editoria Rio, 1 de junho de 2008, página 31.)

De polícia paralela, no bloco anterior, aqui as milícias passam a ser chamadas de “bandidos”. O termo tortura, antes evitado, passa a ser utilizado. O fato foi definitivo para a abertura da CPI das Milícias² na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, um ano e meio após ter sido solicitada pelo deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL), revelando que os acontecimentos de repercussão midiática acabam reverberando, muitas vezes, de forma imediata no campo político.

Na análise, percebemos que os sentidos deslizam, se significam e ressignificam. Ao mesmo tempo em que nomeiam e renomeiam o grupo, há um silêncio em relação àqueles que sofrem a ação dos milicianos, os moradores das áreas afetadas. Há uma tentativa de atrelar o nome do governo que sai, de Rosinha, a políticos milicianos, enquanto o novo governo será aquele que vai combater “o problema”.

É interessante ressaltar que a ação dos milicianos será retratada no filme **Tropa de Elite 2**, em 2010, último ano desta análise, portanto influenciará ainda mais na recepção das reportagens. Naquele ano, o protagonista do crime no Rio deixa de ser os traficantes e passa a ser os milicianos, conforme Luiz Eduardo Soares, em entrevista à Revista Época: “A milícia coloca o policial como protagonista

² http://www.nepp-dh.ufrj.br/relatorio_milicia.pdf

do crime. É o maior problema de segurança no Rio de Janeiro, hoje”, diz Luiz Eduardo³.

Este protagonismo dos milicianos aparece momentaneamente no jornal, principalmente, naqueles territórios onde já estavam instaladas as UPPs.

Com o enfraquecimento das facções ligadas ao tráfico, há uma tendência de os milicianos continuarem a expandir o domínio territorial, o que representa maior poder político e aumento de arrecadação com a cobrança de taxas de segurança e ágio (na venda de produtos como bujões de gás) – diz Storani. (O avanço das milícias. Editoria Rio, 7/11/2010, p. 32)

[...] a tendência para a próxima década é que o tráfico fique cada vez mais enfraquecido, perdendo poder territorial. Em compensação, os grupos paramilitares tendem a ganhar espaço. (O avanço das milícias. Editoria Rio, 7/11/2010, p. 32)

Estes enunciados sobre a milícia mantêm relação com outros e também com este momento histórico de apostas na UPP. Portanto, está ligado a um contexto que envolve políticas de segurança pública, a cidade, as favelas e outros sujeitos, como o traficante, o morador das favelas, da cidade, autoridades, políticos, entre outros. Mas, se aparentemente começa a se resolver o problema com um inimigo, o traficante, o discurso de medo continua, e “o inimigo agora é outro”.

Mais uma vez, a narrativa do domínio, da violência e do subjugo dos moradores será a predominante em relação à favela, onde os milicianos fazem a “segurança patrimonial”. Porém, depois de, em 2008, termos os milicianos que matam, aqui aparece novamente uma reacomodação desse sujeito. Enquanto parte dos moradores da favela vai denunciá-lo, outra parte será “simpática” à presença deles, ou seja, continua-se associando a pobreza ao ilícito, justificando, assim, a necessidade de controlá-los.

Portanto, mesmo que a milícia tenha se transformado em “o inimigo”, assim como o antigo traficante das favelas, ela volta e meia tem a simpatia dos moradores também das favelas e vai ganhando espaço ancorada em um discurso de enfrentamento da criminalidade:

A pretexto de impedir o controle dos bandos de traficantes sobre as favelas, as milícias constituem-se como verdadeiras empresas, típicas do

³ É possível consultar a reportagem completa em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI176445-15228,00.html>. Acesso em 20/01/2015.

capitalismo aventureiro mencionado por Max Weber: além de cobrar proteção como as máfias, monopolizam algumas importantes atividades econômicas locais (transporte alternativo, comércio de botijões de gás, distribuição de sinal roubado de televisão a cabo etc). MACHADO DA SILVA, 2008, P. 25)

De maneira geral, da mesma forma que há sentidos estabilizados que naturalizam as ações dos milicianos de condenar, punir e executar, tendo o apoio de autoridades do setor de segurança pública e moradores, por outro lado, há sentidos que são deslocados, que relacionam a milícia com extermínio, insegurança e arbitrariedade, comparando-a já com facções do tráfico, portanto inimigo ao qual é preciso temer.

209

5 OS AGENTES DE SEGURANÇA: POLICIAIS

Outro sujeito presente na análise são os agentes de segurança, em especial as polícias Civil e Militar, que ora aparecem como fontes das reportagens, principalmente quando se tratam dos policiais militares de alta patente, delegados e inspetores, enquanto, em outros momentos, apresentam-se de maneira generalizada, com o nome “policiais” e que, em geral, estão atrelados a reportagens sobre operações nas ruas, casos de corrupção e mortes ou vítimas fatais de confrontos. Para o jornalismo, muitas vezes, os agentes e os registros policiais (boletins de ocorrência) são as fontes oficiais das reportagens, são eles que informam, por exemplo, quais crimes estão ocorrendo na cidade e quais seriam os assuntos de “maior destaque”.

De acordo com Ramos e Paiva (2007), a escolha das fontes é realizada com base naqueles que os jornalistas julgam ser atores qualificados. No caso da cobertura das violências na grande mídia, a principal fonte de informação das matérias são os policiais. A informação é da pesquisa feita pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) em 2004 e 2006.

É interessante também como se dá o direcionamento de sentidos em relação a estes agentes. No período analisado, há clamores para que haja mais policiamento nas ruas, principalmente em momentos em que há coberturas mais amplas do assunto, ocasiões em que há tiroteios, mortes em ruas da Zona Sul, algum acontecimento que irrompe e desencadeia uma série de matérias a respeito.

Nestes casos, mais uma forma-sujeito aparece como a salvadora do Rio: os agentes das Forças Armadas, que muitas vezes presentes na instância jornalística consideram a força ideal para combater inimigos, como o traficante.

O número de pessoas mortas pelas polícias no Rio é considerado alto, o que fica evidente ao longo de algumas reportagens. No entanto, se o clamor é por mais policiamento, é secundária a preocupação com aqueles que morrem nos confrontos com a polícia. Ou seja, imagina-se que a maioria dos mortos em confrontos seja de bandidos e, por isso não importa se será uma vida perdida, formação discursiva de direita que defende que “bandido bom é bandido morto”, condicionando os dizeres a partir desta fala com a qual o político Sivuca, ex-integrante dos “Homem de Ouro”⁴, se elegera deputado estadual (MACHADO DA SILVA; LEITE, FRIDMAN, 2005, p. 13).

Em relação a estes agentes, chegamos ao governo Benedita tendo um cenário conturbado de muitas experimentações recentes e mudanças de modelos de atuação. O partido da governadora, o PT, havia feito aliança nas eleições de 1998 com o PDT de Anthony Garotinho. Com a vitória da chapa, Luiz Eduardo Soares, ligado ao PT, assume a Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania da Secretaria de Segurança Pública, onde permanece por 500 dias e tenta implantar uma política de “civilizar” a polícia (MACHADO DA SILVA; LEITE; FRIDMAN, 2005, p.17): “sintetizado nos temas de sua reforma (moral), de seu reaparelhamento (técnico) e de sua modernização (associação de técnicas investigativas e de pesquisas científicas, monitoramento e prevenção). A chamada “inflexão civilizatória” das corporações não deu certo, e a Secretaria de Segurança Pública retomaria o endurecimento contra o crime.

A saída de Garotinho do governo estadual para disputar as eleições presidenciais, em 2002, e sua substituição pela vice-governadora, Benedita da Silva, criou uma situação que foi interpretada por ela e por seu partido, o PT, como a oportunidade de “fazer diferença no Rio de Janeiro” – o que certamente só produziria impacto desde que focada na atuação policial (MACHADO DA SILVA; LEITE; FRIDMAN, 2005, p.17).

⁴ Homens de Ouro é o nome dado aos integrantes deste grupo, criado na década de 1960, que teria licença para matar a despeito das implicações legais sobre a execução.

Apesar deste trabalho em relação à mudança de atuação das corporações, estas medidas não repercutem na mídia, que, por todo o período Benedita, vai continuar mostrando a ineficácia e a corrupção dos agentes em meio ao sentimento de insegurança da população.

De maneira geral, encontramos, nos enunciados, neste período, a polícia corrupta, que investiga mal e que, com isso, permite que os criminosos fiquem soltos.

Frequentemente, há comparações do modo de atuação das polícias militares e civis do país, apontando os pontos negativos e positivos que apresentam em relação a corporações de outros estados.

A polícia do Rio é a que mais recebe denúncias de corrupção; a do Pará é a mais violenta; a mineira a que mais abusa da autoridade; e a paulista comete mais infrações disciplinares. Essas são algumas das conclusões de uma pesquisa feita pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, da Universidade Cândido Mendes, que traça o perfil das polícias Civil e Militar do Rio de Janeiro, Pará, de Minas Gerais, de São Paulo e Rio Grande do Sul, a partir das denúncias recebidas pelas cinco ouvidorias do país, instituídas nesses estados. (...) O Rio de Janeiro é o estado que apresenta o menor índice de punições a policiais denunciados. (...) O Rio de Janeiro é o estado onde as pessoas se sentem mais desprotegidas (Policiais do Rio são os mais denunciados por crime de corrupção. Editoria Rio, 17/09/2002, p. 14, terça-feira).

No enunciado acima, percebemos como se chama a atenção para a corrupção policial no Rio por meio de uma pesquisa que diz respeito a anos e governos anteriores. Esta polícia chamada de ineficaz pela instância jornalística seria aquela que não estaria agindo nas ruas para proteger os cidadãos de bem.

A terceira via proposta por Luiz Eduardo Soares, que se referia à compatibilização entre eficiência policial e respeito aos direitos humanos, não encontra reverberação nas próprias instituições e tão pouco na instância jornalística em um momento crucial, às vésperas de uma eleição para governador, que ocorreria em outubro.

Com a derrota do PT nas urnas, sai a política da inflexão civilizatória e retorna aquela da intolerância com o crime com a eleição de Rosinha Garotinho. A morte de supostos bandidos praticada pelos agentes volta a ser comemorada, por exemplo, quando Anthony Garotinho assume a Secretaria de Segurança Pública.

A partir de maio de 2003, o ex-governador Anthony Garotinho assumiu a Secretaria de Segurança Pública do estado. Na transição entre ele e seu antecessor, Josias Quintal, e em meio à pressão por uma nova intervenção federal, foi decretada a operação “Rio Seguro”. Nos primeiros quinze dias no cargo, Garotinho se vangloriava de a ação da Polícia ter produzido 100 mortes (todas de bandidos, afirmava na época) (BORGES, 2009, p. 30).

Neste período, encontramos um outro tipo de agente, mas cujo teor passará longe de modificar práticas policiais, como se as práticas negativas estivessem restritas a um grupo de maus policiais e não à corporação, que continuará sendo solicitada na mídia como salvação para reduzir a criminalidade.

Mas este agente, que é multifacetado em **O Globo**, na maioria das vezes, é responsabilizado por “sobrarem crimes” no Rio e pelos criminosos continuarem nas ruas. As contradições sobre os agentes da ordem continuam. Nesta proximidade com o mundo do crime, onde prevalece a postura da punição, estes policiais também morrem de forma violenta.

O mês de janeiro registrou um novo recorde de violência contra policiais militares. Pelo menos 11 morreram e dez ficaram feridos, um deles gravemente, em confrontos, emboscadas e assaltos no Rio. O número é quase três vezes maior do que o de janeiro de 2004, quando foram registradas quatro mortes, uma delas em serviço. No ano passado, 133 PMs foram assassinados, destes 52 morreram em serviço (Mortes de PMs batem novo recorde em janeiro. Editoria Rio, 1/02/2005, p. 17, terça-feira).

Aparentemente, se as mortes de policiais estão batendo recorde é porque eles estão sendo assassinados no exercício da profissão. Caso contrário, seriam contabilizadas apenas como mortes violentas de cidadãos no espaço urbano. No entanto, ao longo da matéria, percebe-se que as mortes acontecem principalmente fora do horário de trabalho, então, podem estar ou não relacionadas com a profissão da vítima. Mais uma vez, o discurso construído é o do medo, ou seja, o medo de que os soldados desta guerra contra o tráfico estejam perdendo a batalha. Mas se o inimigo mata, deve pagar com a mesma moeda, ou seja, morrendo também. É por isso que os policiais precisam se armar melhor. O discurso é o do incentivo à violência e não o da paz.

Diante destes enunciados, temos um aspecto constantemente silenciado nas coberturas jornalísticas a respeito do funcionamento das polícias, que é sua proximidade com os traficantes e, muitas vezes, as negociações e concessões feitas

em troca de recebimento de propinas, o que acaba enredando os agentes da ordem e sua complexa presença, por exemplo, nas ocupações nas favelas.

Por outro lado, temos enunciados que apontam para uma polícia diferente, bem treinada, que é exemplo, que foi criada para o combate e que vai até capacitar os policiais da Força Nacional. Esta polícia, muitas vezes considerada modelo pela instância jornalística, será o Batalhão de Operações Especiais (Bope), chamada de tropa de elite da PM.

Instrutores do Batalhão de Operações Especiais (Bope), tropa de elite da PM, treinarão integrantes da Força Nacional de Segurança. As normas dos treinamentos foram definidas, na tarde de ontem, durante a reunião entre o secretário de Segurança Pública, Marcelo Itagiba, e o secretário nacional de Segurança, Luiz Fernando Correa (Bope vai treinar policiais da Força Nacional, Editoria Rio, 1/2/2005, p. 17, terça-feira).

Enquanto se valoriza o Bope como força exemplar, esquece-se que este braço de elite da PM do Rio é um dos mais violentos, principalmente em suas incursões nas favelas. O grupo tem como emblema duas pistolas na frente de um crânio espetado por uma faca. Além disso, em suas sessões de treinamento, são comuns os homens cantarem músicas como: “Bandido favelado não se varre com vassoura, se varre com granada, com fuzil, metralhadora.” Outro grande temor provocado pelo Bope nas favelas é a presença do Caveirão – carro blindado, que intimida os moradores durante as incursões policiais e que demonstra a relação de desconfiança existente entre os dois lados: polícia e comunidade. Ao entrar no ambiente dos pobres, esta polícia está, de antemão, incluindo toda a população da localidade no que Kant de Lima chama de processo preliminar inquisitorial, ou seja, apurando e verificando a situação social daqueles de quem se suspeita, afinal o Caveirão não é usado no asfalto.

A prática da vigilância requer o uso de *critérios policiais* para selecionar criminosos potenciais de cidadãos respeitadores da lei. No exercício de suas funções de vigilância e investigação, espera-se que a polícia previna e reprima a criminalidade e, mesmo, prenda criminosos. Como essas atividades são exercidas inquisitorialmente, a polícia e a população vigiada e investigada - particularmente as classes baixas - não desenvolvem relações de confiança recíproca e incondicional (KANT DE LIMA, 1989, não paginado).

Então, esta polícia, treinada para confrontos de guerra, é a que vai selecionar quem tem direitos constitucionais e quem não tem. É aquela polícia que vai olhar o criminoso como um inimigo e não como alguém que cometeu um crime e que precisa responder de maneira adequada pelo que fez.

Em seguida, temos a polícia que mata inocentes de forma brutal. Este tipo de morte é aparentemente condenado no discurso de *O Globo*, que, no entanto, utiliza os argumentos policiais para justificar as mortes ocorridas nos confrontos. Por exemplo, quando um criminoso é morto, em seguida há uma afirmação de que ele estava também armado ou possuía uma granada, portanto, se não fosse morto, ele mataria, conforme veremos nos enunciados. Desta forma, quase sempre justifica-se de forma legal as mortes ocorridas. A exceção acontece quando há divulgação de relatórios da Anistia Internacional, ou de outros órgãos, condenando as ações policiais no Rio.

Nestas ocasiões, o jornal abre manchetes, ouve vozes de especialistas, autoridades policiais e parentes de vítimas que morreram inocentemente pelas mãos de policiais.

Uma análise feita pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República nos laudos periciais dos 19 mortos durante uma megaoperação policial no Complexo do Alemão, em 27 de junho, concluiu que várias pessoas foram executadas sumária e arbitrariamente (sem chance de defesa). O relatório, de 15 páginas, divulgado ontem foi contestado pelo secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, e por três peritas estaduais. O documento foi elaborado por um órgão do governo federal, embora ministros e até o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tenham elogiado as ações policiais no Rio (Sinais de Execução, Editoria Rio, 2/11/2007, p. 16).

A discussão passa para a questão política, em um embate entre o relatório realizado por um órgão do governo federal e as ações de agentes da ordem, subordinados ao governo estadual. Apesar dos questionamentos encontrados nos enunciados e das acusações de que a polícia age praticando execução sumária e arbitrária, não se aprofunda no tema a partir do momento que se silencia e não se questiona o auto de resistência policial, no qual o agente tem o direito de reagir de modo extremo a uma ameaça sem ser processado por seu ato. O texto em vigor a respeito deste ato diz que a autoridade responsável pode usar os meios necessários para vencer a resistência.

Nossa análise mostra, então, como há um silenciamento na instância jornalística a respeito de culpabilizar os agentes da ordem nos casos chamados de autos de resistência. Mas Misse (2011, p. 128) faz questão de chamar atenção para uma hipótese que mostra que há muitos outros atores sociais e instâncias que silenciam sobre o comportamento destes agentes da ordem.

Formulamos a hipótese de que a política de manutenção da alta incidência de “autos de resistência” não poderia vigorar sem a cumplicidade de todas as instituições do Sistema de Justiça Criminal e ficou comprovada a baixa qualidade dos controles sobre a atuação dos policiais e da apuração dos homicídios por eles cometidos. É insuficiente atribuir a responsabilidade por estas mortes a uma “cultura policial”, sendo imprescindível avaliar a eficácia dos controles legais externos às polícias sobre os casos desse tipo, em especial daqueles exercidos pelo Ministério Público e o Tribunal de Justiça (MISSE, 2011, p. 128).

Todo este envolvimento possibilitou que a morte em confrontos estivesse protegida pela legislação. Segundo Misse, Grillo e Neri (2014, p. 49), o auto de resistência foi regulamentado durante a ditadura militar, em outubro de 1969, pela antiga Superintendência da Polícia Judiciária do Estado da Guanabara, através da ordem de serviço “N”, número 83, na qual se dispensava a necessidade de prisão em flagrante dos policiais ou de inquérito nas circunstâncias previstas no artigo 292 do CPP. O conteúdo da ordem de serviço foi alterado no final de 1974 por uma portaria da Secretaria de Segurança Pública do Rio, estabelecendo que o policial não poderia ser preso em flagrante e nem mesmo indiciado por mortes ocorridas durante confrontos.

No ano de 2011, um plano de acompanhamento dos autos de resistência foi criado pela Polícia Militar, enquanto a Polícia Civil determinou que, nestes casos, os delegados deveriam acionar imediatamente uma equipe para isolar o local, pedir a perícia e apreender as armas usadas pelos policiais envolvidos. Esta mudança ocorreu depois da morte do menino Juan Moares, baleado em confronto naquele ano entre policiais militares e traficantes em Nova Iguaçu. Olhando para esta questão mais recentemente, é importante lembrar que o projeto de lei que determina a investigação imediata dos casos de auto de resistência tramita desde 2012 em Brasília, na Câmara dos Deputados, onde enfrenta resistência, principalmente da

chamada Bancada da Bala⁵. Em contrapartida, em março de 2015, a Câmara aprovou aumento da pena para crimes cometidos contra policiais. Fazer este paralelo é importante diante do jogo de forças políticas que envolve a imprensa nesta questão.

Depois do acontecimento discursivo Unidade de Polícia Pacificadora parece surgir uma nova polícia no discurso de **O Globo**. A Polícia Militar, que terá o trabalho relacionado diretamente com a UPP, terá um índice de confiança diante de um projeto que será “um claro objeto de desejo” da população, conforme matéria do dia 12 de dezembro de 2010. O momento em que aparece este agente é pós ocupação do Complexo do Alemão. O discurso é positivo, e analisam-se números de uma pesquisa de acordo com este sentimento de “esperança”, ainda que os moradores que vivem nas favelas cariocas admitam nesta mesma pesquisa que tenham receio de se expressar livremente.

Um mês após a ocupação do Complexo do Alemão, a ação policial, antes criticada, muda diante deste acontecimento histórico no Rio. É neste momento que não se “pode” referir-se de maneira negativa às UPPs e policiais. Há uma mudança na organização das frases. A instância jornalística procura mostrar que uma nova polícia foi criada, aquela que se pode confiar e que vai resolver os problemas da favela.

A instalação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) em favelas até então controladas por traficantes e milicianos, melhora a segurança da população e também a própria relação dos moradores com a Polícia Militar. Um estudo encomendado pelo Globo ao Instituto Brasileiro de Pesquisa Social (IBPS) mostra que as UPPs são amplamente aprovadas em favelas com e sem as unidades de pacificação (92% e 77%, respectivamente). Por outro lado, em locais com UPPs, a confiança na PM é mais que o dobro da registrada em favelas ainda não pacificadas (60% contra 28%) (Um claro objeto de desejo, Editoria Rio, 12 de dezembro de 2010, p. 16).

Entre os sentidos está o de tentar levar o leitor a acreditar no surgimento de uma nova corporação policial junto com a criação do projeto das UPPs. De inimiga da comunidade, a polícia, para a instância jornalística, passa a ser aquela que vai

⁵ Nome dado pela imprensa para se referir a um grupo de deputados federais financiados por indústrias de armas e munições, que defendem, entre outros projetos, a redução da maioria penal, o aumento de penas e a revisão do Estatuto do Desarmamento.

manter a segurança dos moradores, instalando a paz nas favelas e, conseqüentemente, nos bairros do entorno.

No Brasil, a vocação da polícia em resolver problemas que não necessariamente diziam respeito à esfera da segurança pública encontra seus ecos na criação da primeira Guarda Real de Polícia, em 1809, no Rio de Janeiro. O então intendente Paulo Fernandes Viana implementou obras de calçamento de ruas, aterrou pântanos, regularizou o fornecimento de água, construiu pontes, chafarizes e o cais do Valongo, sempre contando com a mão de obra oriunda dos quadros da polícia. Dessa forma, a atividade policial ligava-se a outras mais relativas ao próprio ato de governar, ao menos enquanto instrumento eficaz de gestão do espaço público urbano (SANTOS, 2005, p. 66).

A polícia era a instituição por meio da qual se dava o contato do Estado com as camadas mais baixas da população. Ela seria o organismo de vigilância das chamadas classes perigosas e, ao mesmo tempo, de proteção das demais classes. Era ela quem, em princípio, controlava e disciplinava os hábitos e costumes das cidades, não só as questões criminais, mas também, como lembra Santos (2005), questões que referiam-se “às esferas da salubridade, da higiene e da gestão da vida urbana” (SANTOS, 2005, p. 64), que tratavam-se sobretudo da noção de fazer civilizar-se a população.

A polícia é um dos instrumentos por meio do qual o estado detém o monopólio da violência legítima, com o objetivo de conter a violência praticada pelos sujeitos. Para possibilitar a vigilância, nada como considerar a rua como o lugar perigoso. Ora, para exercer o controle, principalmente da chamada população “desocupada”, são criados os ambientes de tensão e hostilidade permanentes entre a polícia e os demais que se sentiam e ainda se sentem constantemente vigiados e que precisam comprovar sua honestidade e enquadrar seu comportamento. Portanto, chegamos ao ponto que colocaria, de um lado, os policiais e, de outro, a população economicamente mais pobre. De um lado, aqueles que vão defender os interesses dos governantes e das classes dominantes e, de outro, aqueles que precisam ser “invisíveis”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O olhar para os sujeitos que compõem o discurso sobre as violências no Rio de Janeiro é apenas um recorte de um estudo mais amplo. Os sujeitos traficantes de drogas, milicianos e agentes policiais são aqueles que aparecem com maior destaque no período analisado em **O Globo**, mas outros são também importantes, entre eles as vozes oficiais, os usuários de drogas, os adolescentes que praticam atos infracionais, os moradores das favelas.

Estes sujeitos midiáticos ajudam a construir a realidade sobre as violências no Rio. O jornal alimenta o consenso de que, para combater o crime, basta o aumento do rigor na punição dos criminosos. Essa evidência é opaca ao apagar o caráter material da palavra. Desta forma, buscamos mostrar, com as reportagens, como o discurso da criminalidade se textualiza, por meio dos sujeitos, silenciando sentidos outros e parecendo que aquilo que foi dito só poderia ser daquela forma.

REFERÊNCIAS

BORGES, Wilson Couto. **Narrativas jornalísticas como produção material da cultura**: a presença do imaginário na construção ideológica em torno da criminalidade. Instituto de Arte e Comunicação Social (IACS), Niterói, 2009.

CANO, Ignácio, LEMGRUBER, Julita & MUSUMECI, Leonarda. **Quem vigia os vigias?** Rio de Janeiro. Editora Record. 2003.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. 2.ed. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 2013.

KANT DE LIMA, Roberto. **A administração dos conflitos no Brasil**: a lógica da punição, in VELHO, G. e ALVITO, M. Cidadania e violência. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ED. FGV, 1996.

_____. Cultura Jurídica e Práticas Policiais: a tradição inquisitorial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.10, n.4, p.65-84, jun. 1989.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. **Vida sob cerco**: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

_____. **Sociabilidade violenta**: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004.

_____. **Sociabilidade Violenta**: uma dificuldade a mais para a ação coletiva nas favelas. <https://pt.scribd.com/doc/46593716/Sociabilidade-Violenta-Machado-Da-Silva>; Acesso em 12 de fevereiro de 2017.

_____. **"Violência urbana", segurança pública e favelas** - o caso do Rio de Janeiro atual. **Cad. CRH vol.23 no.59 Salvador May/Aug. 2010**
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792010000200006
Acesso em 17 de fevereiro de 2017.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio; PEREIRA LEITE, Márcia; FRIDMAN, Luis Carlos. Estudo de caso Matar, morrer, "civilizar": o "problema da segurança pública" 2 MAPAS | monitoramento ativo da participação da sociedade MATAR, MORRER, "CIVILIZAR": O "PROBLEMA DA SEGURANÇA PÚBLICA"

MENDONÇA, Kleber Santos de. **Tramas discursivas**: apontamento para a análise dos efeitos de sentido no telejornalismo brasileiro. In: *Análise de Telejornalismo – desafios teórico-metodológicos*. Org: GOMES, Itania Maria Mota. Edufba, 2012.

MISSE, Michel. **Sobre a construção social do crime no Brasil**: esboços de uma interpretação, in *Acusados e Acusadores*. Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2008.

_____. *et all*. Autos de resistência: uma análise dos homicídios cometidos por policias na cidade do Rio de Janeiro (2001-2011). 2011.

<http://www.pm.es.gov.br/download/policiainterativa/PesquisaAutoResistencia.pdf>
Acesso em 19 de março de 2017.

ORLANDI, Eni. **Do sujeito na história e no simbólico**. In: *Contextos Epistemológicos da Análise de Discurso*, n. 4, Laboratório de Estudos Urbanos, Unicamp, 1999.
<https://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/pdf/escritos/Escritos4.pdf> Acesso em 11 de dezembro de 2018.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso, estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1997.

PIRES, Lenin; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; KANT DE LIMA, Roberto. **Entre a guerra e a pacificação**: paradoxos da administração institucional de conflitos no Rio de Janeiro. 2010. www.observatoriodasmetroplites.org.br. Acesso em 19 de março de 2017.

RAMOS, Sílvia e PAIVA, Anabela. **Mídia e violência**: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Iuperj. Rio de Janeiro. 2007.

Reportagens Acervo O Globo

SANTOS, Marco Antonio Cabral. Criminalizando a pobreza: implicações entre ação policial e políticas médico-sanitárias em São Paulo (1890-1920). **Revista de Humanidades**. Departamento de História e Geografia da Universidade Centro de Ensino Superior do Serido – Campus de Caico. V. 07. n. 17, Natal, ago/set. 2005. ISSN – 1518-3394. Disponível em: <<http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme>>. Acesso em: 20.Ago.2011.

SIMMEL, Georg. **A metrópole e a vida mental**. Tradução: Sérgio Marques dos Reis. In: VELHO, Otávio G.(org), *O fenômeno urbano*, Rio de Janeiro: Guanabara, 1987 (1902).

ZALUAR, A.; CONCEIÇÃO, I. S. **Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro**: que paz?. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v. 21, n. 2, p. 89-101, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>; <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 17 Jan. 2016.